

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CAMPUS LITORAL NORTE

DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - EAD

RACHEL DE ARAUJO WEBER

**OS USOS SOCIOPOLÍTICOS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E  
COMUNICAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS RELAÇÕES COM A  
FORMAÇÃO CIDADÃ**

TRAMANDAÍ

2022

RACHEL DE ARAÚJO WEBER

**OS USOS SOCIOPOLÍTICOS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E  
COMUNICAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS RELAÇÕES COM A  
FORMAÇÃO CIDADÃ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como  
requisito para a obtenção do título de licenciatura em  
Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Lorena Fleury

Coorientadora: Prof. Dra. Gabriela Dias Blanco

TRAMANDAÍ

2022

## RESUMO

A sociedade está sempre em movimento e as formas de demandar direitos transformam-se constantemente. Hoje é muito comum que a organização dos movimentos sociais se utilize das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) para acelerar os processos de organização e ampliar o alcance das suas narrativas e ações. Este trabalho tem como objetivo analisar os usos sociopolíticos das TIC'S em movimentos sociais e suas relações com a formação cidadã. Atualmente, é possível afirmar que a educação está ligada ao uso dessas tecnologias e que, com elas, o processo de aprendizagem ganha uma dinâmica que impulsiona a promoção de conhecimento e a troca entre alunos e professores. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica descritiva que buscou obras dos autores brasileiros no campo das Ciências Sociais que abordaram temas como movimentos sociais em rede e inovações tecnológicas na educação na última década.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais. Educação. TICs. Pesquisa bibliográfica descritiva.

## **ABSTRACT**

Society is always on the move and the ways of demanding rights are constantly transformed. Today it is very common for the organization of social movements to use ICTs (Information and Communication Technologies) to accelerate the processes of organization and expand the reach of its narratives and actions. This work aims to analyze the sociopolitical uses of ICTs in social movements and their relations with citizen education. Currently, it is possible to affirm that education is linked to the use of these technologies and that, with them, the learning process gains a dynamic that drives the promotion of knowledge and the exchange between students and teachers. The methodology used was descriptive bibliographic research and sought works by Brazilian authors in the field of Social Sciences that addressed topics such as social movements in network and technological innovations in education in the last decade.

**Keywords:** Social movements. Education. ICTs. Descriptive bibliographic research.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	6
1.1 Pesquisa Bibliográfica Descritiva	7
<b>2. EDUCAÇÃO ESCOLAR CONTEMPORÂNEA</b>	10
2.1 Necessidades de atualização no sistema de ensino	13
2.2 Os movimentos sociais e a educação	18
<b>3. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TICs</b>	23
3.1 Movimentos em rede	25
3.2 Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC	29
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	35
<b>5. REFERÊNCIAS</b>	36

## 1. INTRODUÇÃO

Nesse trabalho é apresentada a ideia da necessidade de adaptação da Educação em relação ao uso das tecnologias atuais em benefício dos estudantes, sobretudo, com a utilização de dispositivos conectados à rede de internet capazes de contribuir para a educação dos alunos em um mundo com tantas informações e opções de aprendizado.

Dessa forma, os estudantes podem vivenciar um modo de instrução que não está baseado somente nos livros e no entendimento do professor. Isto permitirá, ainda, que o aluno possa contribuir com o processo de aprendizagem, de tal maneira que a educação se tornará atraente para o aluno e eficiente para os professores em sala de aula.

Esta assertiva é o que levará à formulação do questionamento para a realização deste trabalho. Será feito, portanto, uma pesquisa bibliográfica acerca dos benefícios do uso do celular e tecnologias da informação e comunicação para os alunos, no ambiente escolar. Além disso, será tratado acerca da atuação dos professores na educação e sua importância para implementação da tecnologia. O trabalho abordará, também, as ideias do sociólogo Manuel Castells, dentre outros sobre como essas tecnologias impulsionaram os movimentos sociais em rede trazendo uma nova forma de conectar pessoas para as demandas coletivas e formação da cidadania.

Por conseguinte, como problema de pesquisa, a autora deste trabalho apresenta a seguinte indagação: qual a relação do uso sociopolítico das TICs em movimentos sociais e a formação cidadã no ambiente escolar? Como pergunta secundária, tem-se o seguinte questionamento: quais os benefícios que as TICs trouxeram para organização dos movimentos sociais e sua nova formatação em redes?

O objetivo geral deste trabalho é apresentar a importância do uso da tecnologia em sala de aula para a formação cidadã dos alunos. Os objetivos específicos são: a) apresentar informações referente aos movimentos sociais, bem como, os movimentos em rede; b) demonstrar a importância do uso da internet e tecnologia na educação e, c) identificar quais serão os benefícios do uso do celular e TICs para os alunos no sistema de ensino.

Como metodologia para realização deste trabalho será utilizado o método bibliográfico, dissertativo e descritivo, por meio de pesquisa em artigos científicos, doutrinas acerca do assunto, revistas e sites que tratam do tema, com o objetivo de apresentar os conceitos e a realidade através de informações relevantes, com a finalidade de resolver o problema de pesquisa e apresentar os objetivos gerais e específicos.

### **1.1. Pesquisa Bibliográfica Descritiva**

A pesquisa descritiva se define quanto a seus objetivos, ou seja, ela é caracterizada por sua finalidade. Já, a pesquisa bibliográfica, é caracterizada por seus meios de realização, demonstrando a forma de como são captadas as informações. A pesquisa descritiva reúne informações sobre determinado assunto com o intuito de descrever algum fenômeno ou fato referente a uma realidade. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, decorre do levantamento de dados referenciais, a partir informações teóricas publicadas em artigos, revistas, jornais, livros, meios eletrônicos, dentre outros, permitindo o acesso a informações já reveladas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Vale dizer ainda que, segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa científica é o núcleo da ciência que permite uma aproximação da realidade na busca incessante pelo conhecimento, ajudando o pesquisador a compreender os fenômenos por meio investigação minuciosa e intervenção em determinado assunto para que, com isso, consiga respostas e resolução de problemas.

Para Jacobsen *et al* (2017), a pesquisa bibliográfica é feita por meio de dados originários de materiais existentes em artigos acadêmicos, livros, revistas científicas, *sites* relevantes e governamentais, dependendo da necessidade, documentos oficiais, relatórios, dentre uma série de fontes relevantes, conforme cada área do conhecimento.

A pesquisa descritiva, classificada quanto a seus fins, pretende descrever ou representar acontecimentos reais, possibilitando, de maneira considerável e satisfatória, que o interlocutor consiga compreender as informações e dados que o pesquisador conseguiu reunir por intermédio da investigação acadêmica (JACOBSEN *et al*, 2017).

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade (GIL, 2008, p. 28).

Deste modo, conforme supracitado, a pesquisa descritiva permite a visualização de características de determinados grupos sociais, apresentando nível de escolaridade, características físicas e intelectuais, padrões de comunidade e comportamento, opiniões, crenças, dentre outros.

Ademais, de acordo com Pizzani *et al* (2012 *apud* FRANTZ, 2019), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se por proporcionar o aprendizado acerca de uma determinada área do conhecimento, bem como, o de facilitar a distinção de métodos utilizados pelo investigador e, assegurar a disposição de informações suficientes para a confecção da produção escrita do trabalho científico.

O entendimento de Gil (2008, p. 50), acerca da pesquisa bibliográfica, é o seguinte:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda per capita; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários.

A pesquisa bibliográfica requer cinco características fundamentais. A primeira é a identificação e delimitação do tema com a apresentação de expressões definidoras do conteúdo. A segunda característica é a delimitação da área a ser estudada e do período. A terceira identificação é a escolha das fontes de informações,

de maneira fundamentada, com o devido levantamento de dados. A quarta característica define-se na leitura das obras selecionadas e, por fim, a quinta característica da pesquisa bibliográfica é a realização da redação do trabalho (FRANTZ, 2019).

## 2. EDUCAÇÃO ESCOLAR CONTEMPORÂNEA

A sociedade contemporânea exibe uma flexibilidade de espaços de formação educacional. Esta diversidade decorre das várias formas de busca de conteúdo sem limites em inúmeros ambientes, exigindo maior interatividade e criatividade para alunos e professores. Apesar destas variadas formas de encontrar conhecimento, o ambiente escolar ainda é capaz de transferir conteúdo de qualidade e formação técnica e acadêmica, ao passo que, a ausência deste espaço capacitado, poderia gerar uma certa debilidade na educação (BARBOSA, 2020).

Não obstante, a necessidade de um ambiente de educação adequado para transmissão de qualidade do conhecimento requer uma reestruturação no ambiente escolar, para que mudanças sejam implementadas, de modo que se adaptem às atualizações universais e tecnológicas. Deste modo, o ambiente escolar e os educadores precisam se renovar diante do avanço social, técnico e científico (BARBOSA, 2020).

De acordo com Magalhães (2018), as instituições de ensino estão associadas ao conceito de previsibilidade e estabilidade, embora seja uma instituição viva que precisa acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade. A dialética do ambiente escolar se conecta com a vida social, cultural e natural do ser humano, ajudando na formação da identidade deste, gerando reconhecimento, organização e participação social, criando uma macro e micro dimensão escolar, ampliando a visão dos estudantes em relação ao mundo. Deste modo, a escola se torna um ambiente multidimensional de longo prazo, utilizando métodos didáticos e simbólicos e com a utilização de ferramentas importantes para contribuir com a formação intelectual do indivíduo em um novo ciclo pós-moderno (MAGALHÃES, 2018).

Esta ideia reflete a necessidade de reformas na estrutura e na didática escolar, conforme leciona Barbosa (2020, p. 4):

Dentre essas reformas, apontamos a (re)organização dos tempos e dos espaços escolares. Torna-se urgente trazer essa temática ao debate, visto que constituem elementos do currículo onde efetivamente as práticas pedagógicas são concretizadas. A escola como espaço da organização do trabalho docente caracteriza-se pela burocratização e codificação das ações ali realizadas pelos agentes escolares, e, neste sentido, é preciso ampliar a discussão que transponha a seleção dos conteúdos escolares e das disciplinas curriculares.

Portanto o ambiente escolar carece de uma reorganização para que se amplie os métodos de discussão em relação aos conteúdos e disciplinas disponibilizados aos ouvintes, os alunos. Assim, diante desta urgência, os currículos pedagógicos nas instituições de ensino devem se adaptar constantemente, sobretudo, em uma era de avanços científicos e tecnológicos, da qual não se pode perder de vista.

Ademais, conforme Magalhães (2018), pelo efeito proporcionado pelo ambiente escolar em relação à temporalidade, isto é, na imediata e prolongada fase da vida, a escola possui um fator de extrema importância na vida do ser humano, que, por sua vez, irá afetar o meio em que vive, de maneira direta e duradoura. Portanto, a educação irá formar o cidadão pelo restante de sua vida dentro ou fora da comunidade de escolar.

Na sociedade contemporânea se criou vários modelos de educação, como o ensino à distância, com plataformas de estudo online por instituições famosas ou não e, a educação informal realizada fora das instituições de ensino. Isto foi um dos novos paradigmas do ensino e permitiu a democratização do ensino, por um lado, gerando capital e lucro para as novas instituições e, por outro, permitindo o acesso à educação para estudantes em áreas longínquas e afastadas dos grandes centros, possibilitando que os alunos estudassem de casa. Esses novos modelos educacionais foram o início das novas tendências do ensino, além do ensino massivo, a análise de dados e a *gamificação* (TEIXEIRA; PONTES, 2017).

De acordo com Cinto (2016), a educação escolar contribui para a produção de ideias subjetivas e imparcialidade no pensamento humano, contudo, a educação não seria suficiente para formação do capital humano no neoliberalismo, visto que, a padronização dos currículos e o ensino análogo não são capazes de promover uma evasão na construção do pensamento dos discentes, sem que haja uma mudança em todo o sistema. Este desafio é demandado dos profissionais da educação que tem a responsabilidade de romper esse paradigma e conseguir despertar a imaginação e o aprendizado nos alunos.

Em decorrência disso, foram criados instrumentos para promover a educação e permitir que os alunos consigam se desenvolver no âmbito escolar, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos de 1990 que teve como objetivo promover ações para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, além do Plano de Erradicação do Analfabetismo em 2000, adotado pela Conferência Geral da UNESCO. No Brasil foi criado o Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014,

que possui como meta, erradicar o analfabetismo em território brasileiro, universalizar o atendimento escolar, bem como, melhorar a qualidade de ensino, formando o aluno para o mercado de trabalho, além de promover a tecnologia e ciência, dentre outros (CINTO, 2016).

Todavia, tudo isso faz parte de um processo de mudança na sociedade, conforme a necessidade de transformações políticas, econômicas e sociais, considerando que as metodologias e orientações pedagógicas tradicionais vão se tornando obsoletas a cada ano frente às ferramentas audiovisuais, de imagens, sons e textos, sobretudo, em relação à revolução digital que, se não aplicada no ambiente escolar, causará inquietação e apatia nos alunos durante o processo de aprendizado (BARBOSA, 2020).

Por outro lado, de acordo com Spricigo e Martins Filho (2020), é crucial compreender os fatores que definem o sistema de ensino atual à luz do neoliberalismo e ideologias de mercado, e como a escola se comporta num mundo capitalista frente uma série de desafios de mercado e trabalho. O modelo de educação mundial atual estaria alicerçado em concepções econômicas competitivas opoente de uma filosofia social e progressista.

Ademais, sob a visão social, a escola deveria ser pautada na história da luta de classes e delineada em abordagens reflexivas, construtivistas e investigativas. Ao contrário dos pressupostos financeiros concebidos atualmente, que exigem a formação de estudantes para se tornarem apenas mão-de-obra do mercado e preencherem as necessidades produtivas globais (SPRICIGO; MARTINS FILHO, 2020).

Por conta disso, Cinto (2016) explica que a escola neoliberal considera o sistema de ensino como meramente econômico e privado, como forma de garantir o futuro da sociedade, o que acaba por acometer a essência do aprendizado acerca dos valores, do conhecimento e da transmissão de valores. Neste sentido, leciona:

Os professores exercem um ofício que perdeu boa parte de seus benefícios simbólicos e de suas vantagens materiais relativas. A massificação escolar não desembocou na grande mestiçagem social, no reino da meritocracia harmoniosa. As dificuldades de muitos estabelecimentos com forte recrutamento popular foram agravadas por políticas liberais, que aumentaram a marginalização de frações importantes da população e o crescimento das desigualdades que, por sua vez, afeta de muitas formas o funcionamento da escola. Uma das principais transformações que afetou o campo educativo, nesses últimos anos, foi a monopolização progressiva pela ideologia neoliberal (LAVAL, 2003 *apud* Cinto, 2016, p. 120).

Deste modo, conforme descrito acima, a perda de espaço das habilidades pedagógicas por parte dos profissionais educadores decorre da massificação escolar e do neoliberalismo, aumentando a desigualdade social, prejudicando o sistema de ensino.

Contudo, uma forma de contrapor esse obstáculo na educação é, conjugar o fundamentalismo educacional com os movimentos modernos de educação, sobretudo, com o uso da tecnologia. A mudança no ensino com meios não habituais, gerando interatividade para os alunos, retirando o sentimento de frustração são de extrema importância para o sucesso em sala de aula. Assim, a mudança é necessária para uma adaptação e renovação diante de um cenário de escassez didática e desinteresse gerado por alunos de todas as idades no ambiente educacional (BARBOSA, 2020).

## 2.1 Necessidades de atualização no sistema de ensino

A atualização no sistema de ensino sempre foi indispensável para a adequação dos padrões da educação brasileira. Diante disso, ainda que tardio, o país conseguiu se adequar às tendências de educação mundiais através da implementação de escolas virtuais, de diversas modalidades, no território brasileiro. A escola virtual, por meio do estudo de inúmeras disciplinas, consegue proporcionar, não somente o ensino a distância, mas a capacitação e a modernização escolar. Por exemplo, o uso de jogos educacionais e a *gamificação* já se tornou realidade no país. Este modelo de ensino é capaz de medir o desempenho educacional por intermédio de novos paradigmas, sobretudo, por utilizarem as tendências de mercado, a realidade aumentada, as ferramentas virtuais, a inteligência artificial e o *mobile learning* (TEIXEIRA; PONTES, 2017).

Em sentido contrário, segundo Barbosa (2020), as atualizações pedagógicas e a onda tecnológica enfraqueceram o sentido da curiosidade no aluno. Para a autora, na escola tradicional se vislumbrava o elemento “curiosidade” como plano pedagógico consubstanciado no processo de aprendizado dos alunos, ou seja, os estudantes eram desafiados a aprender utilizando suas próprias habilidades em conjunto com a capacidade estimulante e didática dos professores, ao passo que, atualmente, a tecnologia se tornou um desafio para este antecedente.

No contexto atual, substanciados pelo aparato tecnológico, as crianças e os jovens, sem obedecer a qualquer sequência didática, são submetidos aos sons, às imagens e aos textos os mais variados possíveis, que revelam, o tempo inteiro, a complexidade do espaço geográfico local, nacional e global. Os programas televisivos abordam conteúdos geográficos de forma instigante, mexem com a emoção dos telespectadores, jogando nas telas do seu écran, imagens reais de cidades, países, regiões e lugares exóticos, revelando, assim, toda a complexidade da cultura, da economia e da política desses lugares [...] (BARBOSA, 2020, p. 6).

Então, segundo o autor acima, o aparato tecnológico não beneficia o processo de aprendizado, quando se trata de tecnologia, de meios televisivos, dentre outros, poderiam ser considerados como um empecilho para crianças e adolescentes em idade escolar.

Entretanto, de acordo com Teixeira e Pontes (2017), este empecilho, na verdade, se formaria em decorrência de um modelo de gestão arcaico no qual as instituições de ensino estão arraigadas, isto é, o modelo pedagógico de várias entidades educacionais está atrasado, em comparação às exigências do mundo atual. Deste modo, espera-se que as escolas tenham um plano de ação para renovação pedagógica, adaptando sua missão institucional conforme as necessidades da sociedade contemporânea.

O paradigma educacional que vem prevalecendo há mais de um século está sendo questionado e substituído por outros modelos. A tecnologia contribui para a velocidade e as possibilidades de mudança, mas não é responsável, nem suficiente para que ela ocorra. O formato ainda tradicional aplicado aos modelos de MOOC é um exemplo de como a tecnologia pode promover uma ruptura no contexto educacional, sem que isso implique inovação nas metodologias e formatos de aula. Os avanços tecnológicos no contexto educacional colocam em perspectiva também o [novo] papel do docente. A ausência de recompensas significativas, a falta de fluência digital e baixa disponibilidade para novas metodologias pode comprometer o engajamento de professores em cenários disruptivos como o da Escola Virtual (TEIXEIRA; PONTES, 2017, p. 9).

Segundo Teixeira e Pontes (2017), é importante que se busquem ferramentas capazes de atrair a atenção dos alunos em sala de aula e, de igual modo, que contribuam e facilitem o trabalho dos professores. Ademais, conforme supramencionado, o modelo de ensino está sendo modificado aos poucos, em razão dos atributos tecnológicos implementados ao sistema de ensino, gerando uma quebra de paradigma. Não obstante, apesar deste novo modelo, ainda há muito que se fazer para capacitar os profissionais de educação na utilização dos meios

tecnológicos para transmissão do conhecimento e investimento governamental para aplicação das novas metodologias.

Spricigo e Martins Filho (2020) expressam que, apesar do modelo neoliberalista de educação pretender essencialmente o aumento da produção do trabalho por meio da formação acadêmica, fugindo o modelo social, ainda assim, a liberdade política e econômica se adaptam, de modo preferível, às novas exigências científicas e tecnológicas incluídas no campo da educação, não deixando de lado, os ideais técnicos, morais e sociais que fundamentam o processo de ensino, os quais devem se adaptar aos novos padrões.

Um dos instrumentos importantes na educação brasileira para adaptação do ensino frente às mudanças e avanços sociais é o Plano Nacional de Educação, que teve início a partir da década de 1930, quando houve um primeiro debate acerca dos desafios da educação no país e foi lançado junto com a Associação Brasileira de Educação em 1932. O primeiro Plano Nacional de Educação vigorou durante o Estado Novo, na Era Vargas, entre 1937 e 1945 até o final do regime militar, que findou em 1984, ocorrendo várias alterações e atualizações durante esses períodos, com o objetivo de promover o acesso à educação nas escolas e distribuir os recursos no sistema de ensino (CINTO, 2016).

Em 2014 foi criado o Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014. A partir deste documento conhecido como PNE, o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) criaram 20 (vinte) metas como indicadores para uma década, no período de 2014 a 2024 para realização de monitoramento do ensino em território nacional, de acordo com as metas estabelecidas, quais são:

Meta 1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.
Meta 2	Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.
Meta 3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 4	Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
Meta 5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.
Meta 6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica
Meta 7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb
Meta 8	Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
Meta 9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.
Meta 10	Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
Meta 11	Triplidar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.
Meta 12	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.
Meta 13	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.
Meta 14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.
Meta 15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
Meta 16	Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
Meta 17	Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE

Meta 18	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal
Meta 19	Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
Meta 20	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5ª (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Tabela 1: Metas do PNE

Fonte: MEC (2014)

Conforme estabelecido no Plano Nacional de Educação (2014-2024) acima, as metas são de extrema importância para a educação nacional. Desde a universalização do ensino para várias idades até o oferecimento de educação profissional, técnica e superior. As metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação demonstram a adaptação conforme as exigências atuais da sociedade, mostrando a importância da qualidade de ensino e acesso à educação para milhões de pessoas, sem deixar de lado, é claro, de valorizar os profissionais da educação, conforme estabelecido nas metas 17, 18 e 19 e demonstradas na figura 1 acima citada.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, é imprescindível que se repense a atuação do ambiente escolar na vida dos cidadãos. O sistema de ensino atual e, ainda, arcaico, possui origem de quase um século, orientado conforme as necessidades daquela época, que necessitava de capacitação para linha de montagem e em conformidade com o padrão burocrático. Em resumo, este padrão de educação demonstra ser anacrônico para os dias atuais, em virtude das sucessivas mudanças na sociedade (CODES; ARAÚJO, 2022).

Ademais, de acordo Codes e Araújo, diversas mudanças são necessárias para proporcionar o acesso à educação, mesmo que seja por modelo à distância, dentre outras particularidades, conforme descritas a seguir (CODES; ARAÚJO 2022, p. 8):

Em termos operacionais, um caminho promissor para possibilitar a todos o acesso equitativo aos novos modos de se fazer educação é a atuação coordenada de diferentes esferas de governo. Mediante colaborações e arranjos interníveis, as dificuldades podem ser enfrentadas de maneira mais

estrutural. Uma tarefa, portanto, de competência da política pública. Nesse quesito, as experiências recentes, sintetizadas em estudos e pesquisas nacionais e internacionais, sinalizaram a existência de três áreas principais, que são passíveis de intervenção por parte da política pública: i) a diminuição das desigualdades digitais; ii) o apoio socioemocional aos estudantes; e iii) a formação de professores, métodos e materiais instrucionais. Iniciativas nessas três dimensões poderiam tornar os sistemas educacionais mais abertos e preparados para receber um porvir ainda incerto, seja com o ensino presencial ou a distância. É a partir desse enfoque que se realiza aqui um exercício de “repensar a escola”, estimulado pelos tempos atuais: a consideração, em grandes linhas e em uma perspectiva de longo prazo, de novos modos e desenhos escolares que ajudem a melhorar os desempenhos dos estudantes e a equidade.

Portanto, conforme supracitado, o melhor caminho para promover o acesso à educação de qualidade, por meio da atuação pública, é aplicar as mudanças em três áreas principais, a redução das desigualdades digitais, isto é, ajudar os alunos de todas as idades a conseguirem ter acesso à escola na modalidade online, além de aplicar mudanças na esfera socioemocional, por meio de acompanhamento psicossocial aos estudantes e, sem dúvida, promover a capacitação dos professores para atuar neste processo, gerando um novo modelo de educação tão pretendido nos dias atuais.

## 2.2 Os movimentos sociais e a educação

Os movimentos sociais foram muito importantes na história da civilização e continuam sendo atualmente. As ações coletivas são capazes de promover mudanças no escopo social, por meio da manifestação da vontade irracional ou racional da multidão. O comportamento da massa influencia diretamente na ordem social, todavia, os indivíduos, agentes da racionalidade, se comportam de modo coletivo, sobretudo, através de manipulação e instinto emocional. Por outro lado, de acordo com o pensamento de Weber, Durkheim e Marx, a coletividade é marcada por ações sociais revolucionárias conhecidas por “movimentos sociais” que direcionam o rumo da sociedade (MACHADO, 2007).

Se tivermos por optar por uma definição do termo “movimentos sociais”, considerando as tão variadas abordagens existentes e aceitas, poderíamos dizer que o mesmo se refere a formas de organização e articulação baseadas em conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de definir e orientar as formas de atuação social. Tais formas de ação coletiva têm como objetivo, a partir de processos frequentemente não-institucionais de pressão, mudar a ordem social existente, ou parte dela, e influenciar os resultados de processos sociais e políticos que envolvem valores ou

comportamentos sociais ou, em última instância, decisões institucionais de governos e organismos referentes à definição de políticas públicas (MACHADO, 2007, p. 252).

O autor acima explica que o termo “movimentos sociais” se encaixa, de forma mais adequada, nos valores e conjunto de interesses que definem as formas de atuação social no que tange às mudanças de ordem e os processos sociopolíticos que ditam o comportamento da coletividade em um determinado período confabulado no ordenamento jurídico.

Segundo Meirelles, Mocelin e Raizer (2015), os movimentos sociais coexistem à organização social e envolvem a política, cultura e ideologias. Todavia, os chamados movimentos sociais estão mais presentes em épocas de grande instabilidade social, sobretudo, em disputas políticas, lutas por direitos e classes, greves, dentre outros, ao passo que, momentos de estabilidade social presumem uma maior segurança jurídica e institucional.

No Brasil, por exemplo, houve uma corrente de manifestação social a partir dos anos 90 pela defesa da democracia, da cidadania, da justiça social e a sustentabilidade ambiental, além é claro, de uma mobilização por vários setores da sociedade que passaram a reivindicar vários direitos e garantias fundamentais universais em decorrência de uma conquista realizada em vários outros países, sobretudo, por conquistas de eleições democráticas que surgiram no século XXI na América Latina, além de darem forças aos anseios populares na luta por seus direitos, esses movimentos geraram a criação de organizações importantes, como Organizações Não-Governamentais, Fundações, Associações, dentre outros (DA ROSA, 2015).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional confirma a importância dos movimentos sociais no âmbito da educação, conforme demonstrado em seu artigo 1º, que diz:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996).

A lei acima citada corrobora com a importância dos movimentos sociais como parte relevante da educação, em conjunto com a vida familiar, a convivência coletiva, as manifestações culturais e o trabalho, no desenvolvimento da formação educacional.

Ademais, os princípios norteadores da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional se baseiam na liberdade, na igualdade, no pluralismo de ideias, na gratuidade do ensino, no exercício da cidadania, no padrão de qualidade do ensino, no respeito à diversidade e, na qualificação e valorização do profissional da educação, conforme disposto nos artigos 2º e 3º da referida norma, a qual insere o Estado e a família como intervenientes neste processo (BRASIL, 1996).

Outrossim, de acordo com Da Rosa (2015, p. 17):

Na atualidade, estimulados pela potencialidade da internet, percebemos a proliferação de Movimentos Sociais que ultrapassam limites geográficos. São movimentos transnacionais que promovem protestos simultâneos em vários países. Vivemos na era da informação onde as informações são a matéria prima da tecnologia, e circulam através de diversos meios, a informação alicerça o conhecimento e a comunicação [...]. Neste sentido, os protestos e ações dos movimentos transnacionais, muitas vezes, são articulados com auxílio decisivo de Tecnologias de Informação e Comunicação (mídias sociais, e-mail, fóruns e grupos on-line, etc.). A apropriação das tecnologias da informação e comunicação (TICs) pelos movimentos sociais tem possibilitado novas formas de ações coletivas.

A informação acima retrata a importância da internet para a propagação dos movimentos sociais transcendendo os limites territoriais alcançados pelo *ciberespaço*. Deste modo, o invento da internet proporcionou uma série de benefícios aos movimentos sociais e educacionais, permitindo o acesso aos movimentos por parte de milhares de pessoas, personificando, assim, a figura da coletividade. Vale destacar, ainda, que as Tecnologias de Informações e Comunicação, conhecida como TICs, contribuem não somente para os movimentos sociais, como também, para as correntes educacionais na revolução do ensino que se faz presente, de forma incontestável, no presente século.

De modo similar, a socialização também está presente na sociedade, como forma de movimento social. A socialização é o processo presente nas instituições sociais, como escola, trabalho, política, família, dentre outros, que representa a atuação comum das pessoas ali presentes, em seu modo de agir e pensar, compartilhando ideias consonantes e que contribuem para o desenvolvimento

intelectual e social dos indivíduos que, por sua vez, influenciam o processo educacional e cultural de um povo (MEIRELLES; MOCELIN; RAIZER, 2015).

Esta ideia pode ser encontrada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme disposto no artigo 27 que trata do conteúdo curricular da educação básica, a qual deverá promover os valores fundamentais do interesse social, os direitos e deveres dos cidadãos, bem como, a admiração pela ordem democrática. Igualmente, a base curricular pretende a orientação para o trabalho e a prática desportiva, como atividades de socialização dos estudantes em condições de escolaridade (BRASIL, 1996).

Para Machado (2007, p. 254-255):

A mudança no entendimento da organização e ação dos coletivos sociais ocorreu, em grande parte, em decorrência das transformações no cenário político internacional. Com o fim da guerra fria e o surgimento da simbiose entre democracia ocidental e capitalismo, os movimentos sociais passaram gradualmente a ser considerados atores sociais importantes para a promoção dos direitos civis e da cidadania. Com a dissipação das brumas do conflito ideológico, as iniciativas da sociedade civil incorporadas na ação dos movimentos sociais, mesmo que originadas “fora” do escopo político do Estado – e de seus mecanismos controles – ao invés de serem vistas como subversivas, revolucionárias ou marginais, passaram a ser entendidas como manifestações próprias, típicas e até mesmo sadias de um ambiente político e social plural. Gradualmente o Estado passou a vê-los como parceiros estratégicos e necessários que, ao mesmo tempo em que aumentavam o alcance das democracias, emprestavam legitimidade e até prestígio aos governos.

O autor acima esclareceu que as mudanças sociais decorrem das alterações no cenário político internacional e, ocorreram, em grande parte, após o fim das guerras. Por exemplo, com o fim da guerra fria, os movimentos capitalistas ganharam força no ocidente em conjunto com a luta pela cidadania e os direitos civis de primeira e segunda geração. Deste modo, essa força popular ganhou notoriedade no meio político e estatal, que acabou por estreitar a relação, reconhecendo sua importância na democracia.

Um movimento social importante para a educação foi a Declaração sobre a Educação para Todos como fundamento garantidor do acesso ao ensino público e de qualidade. Esta declaração, de âmbito mundial, foi elaborada em 1990 na Tailândia, com o objetivo de satisfazer as necessidades básicas da educação a nível internacional. De acordo com esta declaração, os países participantes podem criar

planos de ação para melhorar a educação e erradicar o analfabetismo, configurando-se como um instrumento social imprescindível (CINTO, 2016).

### 3. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TICs

De acordo com Giaretta (2018), os movimentos sociais em rede possuem uma profunda ligação com as tecnologias, se expandindo a partir da década de 90. Essa conexão decorre das famosas TICs, ou seja, as Tecnologias da Informação e Comunicação, as quais propiciam transformações sociais territoriais por intermédio da interação dos indivíduos, característica marcante do século XXI.

As Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs caracterizam-se, também, por um movimento social em rede que permite a participação popular em vários setores da sociedade, sobretudo, a área política. As TICs facilitam a comunicação dos usuários ou indivíduos com seus representantes eleitos e outras figuras importantes. Desta forma, as reivindicações se tornam mais eficientes e participativas, no quesito quantidade e pressão popular. Assim, a voz do povo se torna mais forte e presente no cenário político-administrativo e os cidadãos podem lutar por seus direitos com maior abrangência e apoio (GIARETTA, 2018).

Para Machado (2007), as Tecnologias da Informação e Comunicação proporcionam a multiplicação dos movimentos sociais com base na participação voluntária dos usuários das tecnologias. Essas novas formas de tecnologia despertam novas alianças e interatividade a nível internacional, conectando ideias em várias partes do mundo, mobilizando pessoas ao redor do mundo.

Além do mais, as tecnologias da informação e comunicação criam um ambiente de horizontalidade e flexibilidade nas redes de comunicação, reduzindo as hierarquias. Ela também promove o dinamismo e o minimalismo organizacional, pois meio da atuação a baixos custos operacionais, sem contar o enorme poder de influência e articulação que os participantes podem ter simultaneamente em vários locais, criando um ambiente multiplicador de ideias e atores coletivos com pensamentos diferentes, mas, que podem lutar por uma mesma causa (MACHADO, 2007).

Para compreender o impacto do uso das tecnologias por movimentos sociais na sociedade e modos de vida, há que se atentar não só para a intervenção tecnológica (infraestrutura, velocidade, custos reduzidos), mas principalmente para a sociologia do fenômeno porque as mídias sociais estão mais próximas de questões sociológicas e menos das tecnológicas [...]. Mais do que quantificar o uso destas tecnologias ou quais os principais dispositivos ou redes mais acessados, o olhar deve estar voltado para os comportamentos, ações e situações observadas sobre o uso das TIC pelos movimentos sociais (GIARETTA, 2018, p. 155).

Segundo a autora supracitada, as TICs possuem grande impacto nos movimentos sociais contemporâneos, influenciando o modo de vida dos indivíduos e seu comportamento em conformidade com os fenômenos sociológicos, sobremaneira, atualmente, com o uso das mídias sociais presentes no dia a dia das pessoas.

Segundo Da Rosa (2015), a utilização das tecnologias da informação e comunicação por parte dos novos movimentos sociais gerou ações coletivas culturais relevantes na sociedade. Estes movimentos culturais se tornaram predominantes a partir dos meios de comunicação e da internet, sem o qual, não se fariam tão visíveis quanto sem o uso do *ciberespaço*. Por conseguinte, o uso das TICs por movimentos sociais culturais se deu através de uma articulação em decorrência de conflitos organizacionais e políticos que exigiu uma atualização no cenário urbano.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO entende que as TICs são imprescindíveis para a promoção do acesso à educação de qualidade, bem como, na qualificação profissional dos educadores, fornecendo meios de contribuição para a gestão educacional e preparação para o uso da tecnologia. A própria UNESCO desenvolve recursos para que os países membros consigam elaborar políticas adequadas referentes às TICs para inclusão digital educacional (UNESCO, 2022).

O programa da UNESCO relacionado às TICs incluem:

Capacitação e aconselhamento em políticas públicas para o uso de tecnologias na educação, particularmente nos domínios emergentes, como a aprendizagem móvel.
Garantia de que os professores tenham as habilidades necessárias para usar as TIC em todos os aspectos da prática de sua profissão por meio de ferramentas como o Marco Político de Padrões de Competência em TIC para Professores.
Apoio do uso e desenvolvimento de recursos e softwares educacionais plurilíngues, que sejam disponíveis para uso e reúso como resultado de licenças abertas, como recursos educacionais abertos (REA) e software livre e aberto (free and open source software – FOSS).
Promoção das TIC para a educação inclusiva, que inclua também as pessoas com deficiências e proporcione a igualdade entre homens e mulheres.
Coleta de dados estatísticos e desenvolvimento de indicadores sobre o uso de TIC na educação.

Provisão de apoio a políticas públicas que garantam que o potencial das TIC seja aplicado efetivamente em todo o sistema educacional.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

O Instituto de Tecnologias de Informação para a Educação (UNESCO Institute for Information Technologies in Education – IITE), com sede em Moscou, é especializado no intercâmbio de informações, pesquisa e treinamento sobre a integração das TIC em educação.
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 2: Colaboração para elaboração das TICs  
Fonte: UNESCO (2022)

Deste modo, o papel da UNESCO é unir a comunidade educacional internacional para promover, por meio de treinamento e desenvolvimento de recursos capazes de desenvolver seus próprios programas, políticas e estratégias relacionadas às Tecnologias da Informação e Comunicação que contribuirão para o sistema educacional, criando inclusão digital e erradicando o analfabetismo.

Valida-se, portanto, a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC em parceria com o poder público e organizações não-governamentais, além de entidades e instituições relevantes na sociedade, visto que, esta aproximação contribui para o fortalecimento do capital social e cultural e, ainda, em virtude das ações conjuntas que promovem a conscientização de problemas sociais, ambientais e políticos através da exteriorização de demandas pertinentes a cada região (GIARETTA, 2018).

Em contrapartida, a UNESCO afirma que o Brasil necessita de melhorias em relação ao uso e implementação das TICs, bem como, na capacitação dos professores. Esta negligência afeta diretamente a qualidade de ensino dos alunos e não promovem, efetivamente, a inclusão digital. As TICs são apenas parte de um desenvolvimento tecnológico necessário e constante; elas devem ser moldadas conforme as necessidades de cada instituição e de seus alunos; não se pode esquecer que o uso das TICs recebe influências mercadológicas, interferências globais, culturais, éticas e legais, intervindo diretamente em sua aplicação de acordo com a necessidade de cada região (UNESCO, 2022).

### 3.1 Movimentos em rede

Outra forma de movimento social presente na maior parte dos lares é a internet, também conhecida como *ciberespaço*, isto é, um local virtual onde as pessoas podem se conectar de diversas maneiras. A internet é um espaço público

ocupado pelos indivíduos através de uma manifestação consciente de seu papel social. A internet se tornou lugar para várias atividades, uma delas, o estudo. Os movimentos sociais a partir do *ciberespaço* promove a difusão vertiginosa de conteúdos por vários formatos e finalidades, que expressam as ideias sociais (CASTELLS, 2013).

Estes movimentos sociais, segundo Castells (2013), conectados no *ciberespaço*, podem ser chamados de movimentos sociais em redes, capazes de reunir milhares de pessoas com um mesmo objetivo, de forma democrática, para entretenimento, mas, inclusive, para promover mudanças político-sociais, influenciando a dinâmica política e as decisões governamentais.

Essas redes, simbolizadas através da rede mundial de computadores ou rede *web*, vai muito além disso. A expressão rede denota a acepção de conexão, afinidade, vínculo e identidade, demonstrando, assim, que os movimentos sociais em redes são contemporâneos e interligam indivíduos através de similaridades e alteridades, mas que, ao final, promove um envolvimento dos cidadãos. Pode ser uma rede de denúncia, uma articulação global, um ativismo político e social, uma organização econômica local ou global, uma rede social, dentre outros (MACHADO, 2007).

Ademais, consoante o entendimento de Castells (2013, p. 18-19):

Ao longo da história, os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores, criando novas normas para organizar a vida social. Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida.

A exposição acima demonstra clareza ao afirmar que os movimentos sociais são responsáveis por gerar a transformação, renovação e melhoria dos conceitos, padrões e valores de tempos em tempos na sociedade, de modo que se acompanhe as evoluções que caminham a passos largos, sobretudo, o desenvolvimento atual. Essas mudanças fazem parte de um processo de comunicação livre, isto é, não se coaduna com os meios tradicionais de comunicação que estão se tornando

obsoletos, visto que, as redes de internet tornaram-se o principal meio de comunicação da humanidade.

Outrossim, essa movimentação e comunicação são apenas parte do processo de transformação, pois, é necessário que se criem novas formas de comunicação para que o povo não se torne cativo de um ou poucos meios de comunicação. A diversidade faz parte deste processo de evolução humana personificada em movimentos sociais em redes. O espaço público precisa estar sempre vivo, independente do meio ou local, de modo que, as vozes dos indivíduos sejam ouvidas e, jamais, cerceadas (CASTELLS, 2013).

De acordo com Giaretta (2018), o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação pelos movimentos sociais em rede contribui para ampliar as habilidades dos indivíduos em relação ao acesso às informações, possibilitando que essas pessoas aumentem sua visão sobre a realidade e desenvolvam um pensamento crítico acerca do mundo, especialmente, por vislumbrarem o panorama cívico cidadão que pode ser remodelado conforme sua própria atuação em uma sociedade composta por redes.

Para Cinto (2016), a relação entre escola e as Tecnologias da Informação e Comunicação é intrínseca em razão do propósito educacional em possibilitar que crianças e adolescentes façam parte de um contexto cultural em pleno desenvolvimento. Neste caso, as novas tecnologias, apesar de parecer um termo redundante, são de extrema necessidade para a formação do capital intelectual da nação. Esta relação, portanto, demonstra o poder dos movimentos sociais em rede que circundam, também, o sistema de ensino, mostrando-se tão necessários nos dias atuais.

Não obstante, o entendimento de Da Rosa (2015) é que os movimentos sociais não usufruíram plenamente das Tecnologias da Informação e Comunicação, sobretudo, no ambiente escolar. O setor de comunicação social, de maneira contrária, é o que mais busca e se beneficia desta ferramenta, expandindo a informação com finalidades educativas através da tecnologia.

Consolida-se também a tendência de que a maior parte dos movimentos sociais através da rede se oriente por valores universais como direitos humanos, minorias, liberdade de expressão, preservação ambiental e outros, reivindicando as garantias das leis do moderno Estado democrático – ainda que seja para transgredi-lo. Tais valores, pelo fato de serem cada vez “mais universais”, criam fortes identificações, que facilitam a integração

no plano axiológico e simbólico de movimentos sociais. A partir de tal interpretação, vê-se uma intersecção bastante favorável para que ocorra essa conexão em redes entre os movimentos sociais (MACHADO, 2007, p. 279).

Conforme demonstrado acima, o autor explica que as tendências utilizadas pelos movimentos sociais se direcionam aos valores universais relacionados aos direitos humanos, à liberdade de expressão, à luta pela preservação do meio ambiente, a luta por garantias fundamentais e individuais contidas nas constituições que simbolizam a democracia.

Outro ponto importante a se levar em consideração é a força que os movimentos sociais possuem a dominação social, exploração econômica, desigualdade social, Estados repressivos, racismo, xenofobia, intolerância religiosa, violação de privacidade e as tiranias atuais, conforme demonstra Castells (2013, p. 21-22):

Evidentemente, sempre, em todas as instâncias e em todos os contextos, isso representa a dominação pura e simples de homens e mulheres, assim como de seus filhos, como alicerce básico de uma (injusta) ordem social. Assim, os movimentos sociais têm um conjunto de causas estruturais e motivos individuais para se erguer contra uma ou várias dimensões da dominação social. Mas conhecer suas raízes não responde a questão de seu nascimento. E uma vez que, em minha opinião, os movimentos sociais são a fonte da mudança social, e, portanto, da constituição da sociedade, essa questão é fundamental. Tão fundamental que bibliotecas inteiras são dedicadas a uma abordagem experimental de sua resposta – e assim, conseqüentemente, não vou tratar dela aqui, já que este livro não pretende ser outro tratado sobre movimentos sociais, mas uma pequena janela para um mundo nascente.

Portanto, conforme supramencionado, os movimentos sociais são de grande importância contra as imposições opressoras e dominações do pensamento humano. Os movimentos sociais em rede são capazes de quebrar esse vínculo de opressão em várias sociedades pela participação popular em massa contra a injustiça social impulsionadas pelas novas tecnologias.

### 3.2 Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC

A TICs, ou Tecnologias da Informação e Comunicação, segundo Juvêncio (2019), são formas de utilização de meios e dispositivos tecnológicos para favorecer o processo de comunicação. Esses dispositivos podem ser, o celular, o computador, as ferramentas que aprimoram o uso do computador, como dispositivos *usb*, *bluetooth*, fones de ouvido, dentre outros.

O uso destas tecnologias proporciona a facilitação do acesso à educação, inclusive, para as pessoas portadoras de necessidades especiais, podendo desenvolver seus sentidos habilidades, por meio da visão, audição e tato, por exemplo. Deste modo, vale dizer que as Tecnologias da Informação e Comunicação reduzem a exclusão digital no âmbito educacional, ajudando alunos de todas as partes a superarem suas dificuldades (JUVÊNCIO, 2019).

Segundo Warth (2021), as TICs englobam várias ferramentas tecnológicas capazes de promover o armazenamento, coleta, registro, troca, distribuição e transmissão de dados e informações para todos os que participam do ambiente escolar, não somente pelos computadores, mas, também, por meio da televisão, máquinas fotográficas, projetores, mídias de som, imagem e filmagem.

Segundo Barreto (2012), as tecnologias da informação e comunicação estão criando um novo regime de visualidade pública construída através de fatos sociais midiáticos, conforme explica:

O acesso às tecnologias é diferenciado por fatores diversos, dentre os quais a condição econômica, geográfica, de gênero e de alfabetização. Em que pesem tais contradições, nesta nova configuração social, as comunicações assumiram o papel de principais mediadoras das relações sociais e da percepção do mundo. A midiatização, forma particular de interação baseada na tecnologia e no mercado, adquiriu feições difíceis de precisar. Deu-se, com isso, a transformação da pauta de interesses; das referências formadoras da consciência e de seus modos operativos; dos processos de construção da realidade (SODRÉ, 2010, p. 09 *apud* BARRETO, 2012, p. 03).

Para Barreto (2012), as TICs são utilizadas, ainda, por movimentos sociais com o propósito de apresentar suas reivindicações. Não obstante, de maneira negativa, o autor afirma que as tecnologias da informação e comunicação não acompanham a realidade popular, pois aumentam apenas o poder da mídia e não do

indivíduo, apesar do impacto nos movimentos sociais e, até mesmo, nos movimentos em rede.

Por outro lado, não é tarefa fácil implementar as TICs na organização escolar brasileira atual, visto que, a prática pedagógica no sistema de ensino do país está enraizada no século passado em um modelo de transmissão do conhecimento baseado apenas no ensinamento do professor. Não obstante, aos poucos, algumas instituições, sobretudo as privadas, conseguem inserir o uso das TICs no currículo acadêmico conforme as exigências contemporâneas (WARTH, 2021).

Para Juvêncio (2019), as propostas pedagógicas que se baseiam no uso das tecnologias de informação e comunicação são capazes de reduzir as barreiras do engessamento metodológico de ensino ultrapassado. A exemplo disso é o crescimento da modalidade de Educação a Distância (EaD) que promove o ensino por meio de um ambiente virtual que utiliza meios tecnológicos de transmissão.

De acordo com Warth (2021) existem três perspectivas ou dimensões que retratam as TICs e a Educação, nos termos a seguir:

**Dimensão instrumental:** consiste em educar com as TICs na perspectiva de usar as diferentes tecnologias disponíveis como suporte/instrumento/ferramenta didático pedagógico para os processos de ensino e de aprendizagem. O professor ao usar televisão para transmitir um documentário, o uso de programas para edição, impressão, apresentações podem ser caracterizados como uso numa dimensão instrumental-metodológica.

**Dimensão crítica:** propõe o educar sobre/para as TICs, numa perspectiva de reflexão crítica, autônoma e responsável em relação aos discursos midiáticos. Ao assistir a um programa esportivo, noticiário, fazer leitura de uma mídia impressa realizar o movimento de ler, compreender e refletir sobre os fatos de forma crítica.

**Dimensão expressiva-produtiva:** educar através das TICs, ou seja, na produção e criação de novos conteúdos a partir das TICs, de forma a estimular a criatividade, a expressão, colaboração, produção do próprio conhecimento a partir das apropriações das linguagens das TICs (WARTH, 2021, p. 25).

Deste modo, conforme supracitado, as três dimensões relacionadas às TICs e Educação são, a instrumental, que caracteriza pelo processo de educação ao se utilizar as tecnologias disponíveis no processo didático pedagógico. A dimensão crítica revela a autonomia na compreensão dos fatos sobre uma perspectiva de responsabilidade e, a dimensão expressiva-produtiva promove a educação por meio das tecnologias da informação e comunicação na criação de conteúdos novos para

estimular a criatividade, colaboração e expressividade no desenvolvimento da linguagem.

Na visão de Melo (2019), as TICs vêm ganhando espaço importante no cenário brasileiro, sobretudo, nas práticas pedagógicas, permitindo que alunos em escolas e universidades tenham acesso ao conhecimento, não somente através do olhar do professor, mas, também, pela busca de informações nos meios tecnológicos. Não obstante, isso faz com que os docentes necessitem estar sempre atualizados e antenados com essas tecnologias, para que não fiquem ultrapassados no processo de transmissão do conhecimento.

Outrossim, conforme vislumbrado por Melo (2019), existe o velho paradigma e o novo paradigma referente à educação. No velho paradigma, o professor é aquele que transmite o conhecimento porque o detém, já, no novo paradigma, o professor trabalha como um mediador entre o conhecimento e o aluno, promovendo um melhor envolvimento deste com aquele. No velho paradigma, o aluno apenas recebe o conhecimento vindo do professor, por meio de uma relação vertical. Por outro lado, no novo paradigma, o aluno se faz presente ativamente no processo de educação em uma horizontalizada. Na velha era, a tecnologia era apenas um recurso para deixar o processo de ensino mais atraente, diferentemente do novo paradigma, que permite que as tecnologias se tornem um meio de pesquisa, de fontes confiáveis de informação e complementem a atuação dos docentes, deixando a aula mais atraente, ágil e dinâmica.

Ademais, possibilita as crianças, jovens e adultos, novos modos de perceber a realidade, a cultura, a sociedade e o mundo, pois as TICs e as mídias atuam nas diferentes dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais. Em síntese, a mídia-educação apresenta uma perspectiva que considera as mídias com interesses divergentes do âmbito escolar, enquanto o interesse das mídias é definido pelo consumo, entretenimento, informação efêmera e superficial a escola pensa na formação de um cidadão em sua integralidade. Assim, a mídia-educação objetiva a formação de um sujeito ativo, crítico e criativo que dialogue com as TICs e as mídias em seu uso prático, de forma crítica e na criação de mídias e conteúdo. Neste viés a escola estabelecerá o diálogo com as TICs e mídias, através da mediação pedagógica, desenvolvendo novas competências e aprendizagens as crianças e jovens (WARTH, 2021, p. 27).

Portanto, é possível afirmar que as tecnologias da informação e comunicação promovem a cultura e percepção da realidade por intermédio das mídias e variadas dimensões. Deste modo, a mídia-educação contribui para a formação do senso

crítico e criativo do aluno quando utilizados meios tecnológicos de ensino, os quais facilitam o processo pedagógico.

Por exemplo, em uma aula de química foi utilizado um *software* que compara a imagem em uma fita de papel com as cores em uma palheta. Isso foi feito para realizar a medida de pH em papel indicador com a leitura da cor, informando, por sua vez, o valor do pH medido. O *software* promove a resposta por meio de áudio. Isto permite que alunos cegos consigam participar de uma aula de química, daí o termo “Tecnologias de Informação e Comunicação” pois permite o acesso indiscriminado à informação por meio da comunicação tecnológica (GAVIÃO, PAIVA JÚNIOR, 2011, *apud* JUVÊNCIO, 2019).

No entendimento de Ferreira (2021), o termo correto seria Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC, caracterizando a modernidade no uso da tecnologia no âmbito da educação, configurando como um novo paradigma na relação social na prática pedagógica evidenciadas pela junção do ensino presencial e digital nos últimos anos. Ademais, este novo método de uso da tecnologia se tornou benéfico durante o período da pandemia de COVID-19, permitindo que o ensino continuasse mesmo com as medidas de restrições sanitárias.

Então, diante desse cenário, em que as TDIC estão cada vez mais presentes e foram usadas como alternativas para superar as restrições impostas pelas medidas sanitárias, faz-se necessário investigar os efeitos da adoção de recursos tecnológicos, especialmente na Educação Infantil. O desafio nesse nível de ensino é ainda maior, pois demanda tempo e dedicação para acompanhamento, inclusive, por parte das famílias em casa. Além disso, as professoras tiveram que se apropriar das plataformas digitais, até então desconhecidas por parte das educadoras. Algumas viraram “youtubers”, “blogueiras”, administradoras de aplicativos de mensagens, criaram páginas para disponibilizar materiais didáticos, tornaram-se “digitais influencers”. Tudo isso para compartilhar conteúdo e promover o processo de ensino-aprendizagem. Assim, a pesquisa sobre experiências desenvolvidas é relevante para contribuir no debate acerca do uso pedagógico das TDIC durante as atividades não presenciais (FERREIRA, 2021, p. 6).

Deste modo, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC superaram as restrições da pandemia, ultrapassando as barreiras geográficas, permitindo que o ensino pudesse ser continuado através do uso das variadas tecnologias para transmissão do conhecimento por videoaulas, materiais didáticos, dentre outros meios.

Por conseguinte, é imprescindível que os educadores estejam atentos com as novas tecnologias, aplicativos para estudo, ferramentas digitais institucionais para promover as aulas, dentre outros meios, exigindo uma atualização dos professores para se adaptarem e realizarem as aulas de maneira interativa com o mundo virtual. O professor, portanto, possui papel fundamental para que esse novo sistema de Tecnologias da Informação e Comunicação se propague pelo tempo e transformem a sociedade (MELO, 2019).

A exemplo disso, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação contribuem para o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e na formação de professores, promovendo uma política inclusiva e ajudando a aumentar o número de pessoas que conseguem ter acesso à educação por intermédio das TICs, no uso de softwares, aplicativos, computadores, celulares, dentre outros (JUVÊNCIO, 2019).

Ademais, de acordo com Ferreira (2021, p. 3):

As novas tecnologias podem propiciar um olhar investigativo e experimental na educação, visto que é dado ao aluno uma forma dele ir atrás do conhecimento, pensando de forma autônoma, vivenciando experiências e construindo seu próprio conhecimento. [...]. A cultura digital modela toda a forma de comunicação, transmissão de conhecimento, busca por resolução de problemas, dentre outros aspectos que tangenciam atividades pedagógicas. Desse modo, constata-se que a educação significativamente mudou nas últimas duas décadas, inclusive no Brasil, em decorrência da internet. Os impactos das TDIC se intensificaram com a Pandemia da Covid-19. O uso de tecnologias digitais, mídias educacionais e ambientes virtuais de aprendizagem estão sendo essenciais para buscar alternativas dos impactos causados pelas restrições sanitárias e pelo distanciamento físico.

Por este entendimento, conforme o autor acima, as tecnologias proporcionaram uma nova vertente no processo educacional, permitindo ao aluno explorar a informação através de dispositivos e ferramentas *online* e de maneira autônoma, obviamente, no ambiente escolar, com a ajuda do professor, que pode guiar o estudante a desvendar o conhecimento. Assim, os últimos anos presenciaram o alcance desta nova tecnologia por intermédio da internet, beneficiando o sistema de ensino.

Outrossim, o procedimento de inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação no contexto educacional, aproximando os alunos da internet, das ferramentas midiáticas e presentes no mundo digital, criam um ambiente de pleno

exercício da cidadania, da cultura e acesso à educação no Brasil como movimento das mediações pedagógicas (WARTH, 2021).

De acordo com Souza (2018), a escola precisa se adaptar ao novo processo de transmissão do conhecimento e informação através das tecnologias e mídias digitais presentes no mundo, sobretudo, no uso de computadores e celulares com inteligência avançada, capazes de conectar facilmente ao ambiente educacional com ajuda de recursos didáticos e de aprendizagem, além da conexão com as redes sociais *Facebook, Instagram, Twitter, Google*, mídias como *WhatsApp, Youtube* dentre outros.

Para isso usou da técnica de entrevistas aos professores e equipe pedagógica, analisando quais angústias e dificuldades que apresentam no uso dessas ferramentas como aliadas à educação, como também entrevistas com alunos colhendo informações sobre o aprendizado e aceitação das tecnologias e o modo como os professores usam essas ferramentas para progresso do ensino e aprendizagem. Os Principais resultados mostraram que as dificuldades são visíveis como qualquer outra ferramenta de trabalho na escola, como a necessidade de adequação técnica dos tablets, programas de internet, etc. Há também a necessidade de professores preparados para o uso dessas tecnologias escolares, uma vez que a maioria dos professores não possui ainda habilidades para utilização das tecnologias digitais, não conseguindo por enquanto explorar de uma maneira eficiente o uso de dispositivos tecnológicos como os tablets, ou outras ferramentas tecnológicas (SOUZA, 2018, p. 27).

Em pesquisa qualitativa realizada com professores em estudo de caso em colégio de aplicação da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul acerca de atividades escolares com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação apresentou a autonomia na resoluções de questões utilizando o computador no laboratório da instituição e em sala de aula, todavia, demonstrou-se a má qualidade do sinal de internet na escola, além de problemas técnicos com os computadores e *softwares* desatualizados, expressando a falta de preparo e planejamento de algumas instituições com o uso destas tecnologias (SOUZA, 2018).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou os usos sociopolíticos das TICs em movimentos sociais e suas relações com a formação cidadã no campo da educação. Demonstra que os valores da educação através da construção do pensamento crítico e formação de cidadania, inclusão e uma sociedade mais justa se alinham as demandas dos movimentos sociais que lutam por democracia, maior participação social, direitos humanos e preservação do meio ambiente. O trabalho de pesquisa bibliográfica descritiva apresenta os processos de organização em rede já consolidados na construção das pautas e lutas sociais e como podem servir de apoio e exemplo para a busca por uma educação que se adapte as necessidades da atualidade por processos mais dinâmicos e interligados pela tecnologia das redes de internet e dispositivos de informação e comunicação.

A pesquisa apresenta também a importância dos movimentos sociais da educação para as mudanças que ocorreram ao longo do tempo como as manifestações da década de 90 em defesa da democracia, cidadania e justiça social, por exemplo, até os dias atuais em que é possível, por meio dos movimentos sociais em rede, reunir milhares de pessoas no *ciberespaço*. Essa forma de organização democratizou e ampliou a participação e o engajamento nas pautas praticamente sem limites geográficos fazendo com que uma mesma discussão por direitos sociais possa ser feita em escala global, tudo isso impulsionado e pela TICs.

Esse trabalho concluiu que estamos passando por um processo de adaptação às novas tecnologias na sociedade como um todo e que os movimentos sociais em rede já demonstram como as TICs podem ser usadas para ampliar e democratizar o acesso às discussões dos movimentos sociais que agora se organizam em rede. O campo da educação tem muito a ganhar com a vinda das ferramentas e trazer agilidade nas trocas necessárias entre alunos e professores, aumentar as possibilidades de pesquisas e ainda, manter sua qualidade e seu papel de formação para a cidadania.

## 5. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Edivani Silva. **A escola e o “novo” aluno no contexto contemporâneo.** In: Castro, Paula Almeida de. (org.) de Avaliação: Processos e Políticas Campina Grande: Realize eventos, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/52772>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BARRETO, Helena Martins do Rego. Reconfigurações políticas e apropriação tecnológica: a relação ambivalente dos movimentos sociais com o desenvolvimento das comunicações. In: **CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE**, 14, Recife, 14-16 jun. 2012. Anais. Recife: Intercom, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/30287>>. Acesso em: 06 jan. 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 2013.

CINTO, Gregory de Jesus Gonçalves. **De corpo implicado: desafios para o movimento educacional da sociedade contemporânea.** Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo: 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/143772>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CODES, Ana Luiza Machado de; ARAÚJO, Herton Ellery. **Novos rumos da educação: como as experiências recentes de educação *on-line* podem ajudar a repensar a escola.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, março de 2022. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.38116/td2749>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

DA ROSA, Roberta Soares. **Pedagogia nos Movimentos Sociais: as manifestações de 2013 como espaço de aprendizado.** Universidade do Vale do Rio

dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3824>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

FERREIRA, Claudjane de Almeida. **Tecnologias na educação infantil durante a pandemia**: estudo de caso em uma escola do município de campo redondo/RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos-RN, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/44704>>. Acesso em: 07 jan. 2023.

FRANTZ, Amanda Kohlrausch. **Estudos em linguística contrastiva (LC)**: uma pesquisa bibliográfica de teses e dissertações presentes no portal capes. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/18746>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIARETTA, Juliana Barbosa Zuquer. **TIC e movimentos sociais no urbano do século 21**: interfaces e possibilidades na busca pelo direito à cidade. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6140/tde-28062018-125528/pt-br.php>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JACOBSEN, Alessandra de Linhares; DE CONTO, Sabrina Fonseca; SILVÉRIO, Renata Costa; GUIMARÃES, Vânessa da Rosa; DA SILVA, Wanessa Caroline. **Perfil metodológico de pesquisas elaboradas no âmbito das instituições de ensino superior brasileiras**: uma análise de publicações feitas pela revista ciências da administração. XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento, novembro de 2017.

Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/181164>>. Acesso em: 16 dez. 2022.

JÚNIOR, Eduardo Brandão Lima *et al.* **Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa.** Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 44, p. 36-51/2021.

JUVÊNCIO, Vera Lúcia Pontes. **O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS) na avaliação da aprendizagem de alunos cegos nas escolas especiais em Fortaleza-CE.** Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51495>>. Acesso em: 06 jan. 2023.

MACHADO, Jorge Alberto S. **Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais.** Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 248-285.

MAGALHÃES, Justino. A instituição educativa na modernização do local. Perspectiva histórico-pedagógica. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. **Rivista di Storia Dell'Educazione, v. 5, n. 1 (2018).** Disponível em: <<https://old.rivistadistoriadelleducazione.it/index.php/RSE/article/view/130>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

MEC. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005/2014.** Disponível em: <<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

MEIRELLES, Mauro; MOCELIN, Daniel Gustavo; RAIZER, Leandro. **Organização social e movimentos sociais.** Porto Alegre: CirKula, 2015.

MELO, Fernando Sagaz. **Tecnologia da informação e comunicação.** Instituto Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1888>>. Acesso em: 06 jan. 2023.

ORTEGA, Antonio César; DA SILVA, Filipe Prado Macedo. **As ferramentas da pesquisa qualitativa aplicadas aos estudos territoriais**. Repositório do Conhecimento do IPEA – RCIPEA, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8847>>. Acesso em: 31 out. 2022.

SOUZA, Jennifer Priscila Santos. **Uso das ferramentas da tecnologia da informação e comunicação no processo de ensino aprendizagem: estudo de caso no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe**. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 2018. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/10499>>. Acesso em: 09 jan. 2023.

SPRICIGO, F.; MARTINS FILHO, L. J. A educação escolar contemporânea: a formação do jovem no século XXI. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 12, n. 26, p. 527–544, 2020. DOI: 10.28998/2175-6600.2020v12n26p527-544. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8224>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

TEIXEIRA, Natália Teles da Mota; PONTES, Bruno Pereira. **Escola virtual do Governo Federal: proposta de solução para capacitação continuada a distância no serviço público federal**. XXII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, ocorrido em Madrid, Espanha, no período de 14 a 17 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3080>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **TIC na educação do Brasil**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/expertise/ict-education-brazil>>. Acesso em: 06 dez. 2022.

WARTH, Lauriano Cecchin. **Tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica de professores de Educação Física da rede municipal de ensino de Florianópolis**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,

2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227252>>.  
Acesso em: 06 jan. 2023.